

Informações Ambientais em empresas do segmento Agrícola listadas na B3 que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa

Aluno: Eduardo Pompeo de Matos
Orientador no TCC II: Prof. Dr. Alex Eckert
Orientador no TCC I: Prof. Dr. Alex Eckert

Semestre: 2022-4

Resumo

Com danos cada vez mais aparentes ao meio ambiente, a sociedade começou a cobrar das empresas um maior cuidado com o seu entorno. Por sua vez, as empresas se viram na obrigação de dar uma resposta positiva a sociedade. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa elaborou o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa para que as empresas sigam um desenvolvimento sustentável, tornando-se mais transparentes tanto para com os acionistas, funcionários e a população em geral. A pesquisa teve como objetivo analisar o nível de evidenciação das demonstrações nas informações ambientais em empresas do segmento Agrícola na B3 que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa. Primeiramente foi desenvolvida uma análise documental e após realizado um levantamento de dos respectivos níveis de Governança Corporativa cada empresa pertence. Para a coleta de dados, foram analisadas os Relatórios de Administração e de Sustentabilidade, as Demonstrações Contábeis, as Notas explicativas e os *sites* das empresas, da BM&FBovespa e da CVM. Já para o levantamento dos dados, as empresas foram divididas em duas categorias, Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental. Nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar informações ambientais. Mas se percebeu que a evidenciação das informações ambientais é fundamental, pois gera um marketing positivo para as empresas consequentemente aumentando desenvolvimento econômico e valorização do mercado.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Contabilidade Ambiental. Agrícola. Políticas Ambientais. Gestão Ambiental.

1. Introdução

Um dos principais enfoques científicos internacionais da última década diz respeito ao meio ambiente. A sociedade, no século XX, se preocupou pouco com a preservação dos recursos naturais. Os dejetos foram descartados no ambiente de forma irresponsável, com pouca preocupação com a consequência desses atos.

Mais recentemente, o rompimento da barragem do Fundão em Mariana em 2015 e o rompimento da barragem Mina do Feijão em Brumadinho em 2019 se tornaram dois exemplos de desastres ambientais que talvez poderiam ter sido evitados. Uma maior preocupação com os efeitos das suas atividades ou, talvez, uma infraestrutura de ponta, teriam

sido soluções para que esses desastres não tivessem ocorridos (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

Com danos cada vez mais aparentes, a sociedade começou a cobrar das empresas um maior cuidado com meio ambiente. Por sua vez, as empresas se viram na obrigação de dar uma resposta positiva, como por exemplo, investindo em projetos para a redução de impactos ambientais que as suas respectivas atividades ocasionassem.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) elaborou o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa para que as empresas sigam um desenvolvimento sustentável. Tornando-se mais transparentes para os acionistas, funcionários e a população em geral.

Com a preocupação com a preservação ambiental vieram as a necessidade de mensuração desses impactos. Através das demonstrações das informações ambientais isso se tornou possível. As empresas por meio de relatórios e dados conseguem demonstrar para a população quais as medidas estão sendo tomadas para mitigar seus danos e quais os resultados desses investimentos.

A integração entre o governo, a governança corporativa das empresas e o desenvolvimento sustentável tem que estar alinhado. Somente dessa forma teremos a resolução de problemas fundamentais que afetam o meio no qual vivemos.

Segundo Marion (2009), a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa. Portanto, o objetivo principal da contabilidade é fornecer informações sólidas e confiáveis sobre a situação de uma empresa para auxiliar na sua gestão.

Já a Contabilidade Ambiental é uma vertente pouco explorada dentro da Contabilidade. Ela tem como finalidade o estudo das informações contábeis referentes ao meio ambiente identificando e registrando os eventos relacionados ao meio ambiente (LIMA *et al.*, 2012).

Com a preocupação ambiental vieram as denominadas boas práticas de governança corporativa. Elas estão necessariamente vinculadas à obediência a Constituição Federal em vigor, particularmente em face do que determinam os dispositivos normativos estabelecidos como princípios gerais da atividade econômica. Dentre os princípios gerais da atividade econômica tem merecido grande destaque no século XXI o Princípio do Desenvolvimento Sustentável (FERREIRA; FIORILLO, 2016).

Um exemplo de evidenciação ambiental é o Balanço Social. Ele busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa. Através dele se busca prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS *et al.*, 2000).

Este trabalho visou mostrar como são evidenciadas as demonstrações das informações ambientais em empresas que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa no segmento Agrícola na B3. Como objetivo geral, a presente pesquisa irá analisar o nível de evidenciação das demonstrações nas informações ambientais em empresas do segmento Agrícola na B3 que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa.

Para uma futura utilização desta pesquisa em um ambiente acadêmico, ela poderá ser utilizada para ampliar o conhecimento da área de contabilidade ambiental, pois é uma área que pode ser melhor explorada pelas instituições de ensino.

Já para um fim profissional, poderá auxiliar a análise de como as empresas do segmento Agrícola que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa estão evidenciando as informações ambientais. Poderá também ser utilizada como um manual de quais relatórios podem ser utilizados para um investidor analisar a parte ambiental de uma empresa.

2. Referencial Teórico

2.1 Governança Corporativa

Conforme manifestação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) a Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (IBGC, 2015).

De acordo com Claessens (2006), em um mercado de constante crescimento, competitivo e que se mostra atualmente muito mais relevante para a maioria das economias do que costumava ser, a implementação de diretrizes de Governança Corporativa se faz cada vez mais necessária, tendo em vista que estes avanços e desenvolvimento fizeram com que o monitoramento do uso de capital se tornasse mais complexo em certos aspectos. Segundo as diretrizes internacionais destacam, uma governança corporativa bem elaborada promove maior assertividade na prestação de contas, elava o desempenho, além de ser uma valiosa vantagem competitiva (CHI-KUN, 2005).

A Governança Corporativa tem como objetivo incrementar seu valor de mercado através da execução de procedimentos e atividades que os acionistas estabelecem para o conselho e diretoria da organização. As empresas com elevados padrões técnicos e éticos de Governança Corporativa valem mais do que aquelas que não se preocupam com esse aspecto fundamental para sua gestão (RODRIGUES; MENDES, 2004, p.122).

Na Tabela 1, pode-se verificar os princípios básicos das boas práticas da Governança Corporativa.

Tabela 1- Princípios Básicos da Governança Corporativa

Transparência	Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização.
Equidade	Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (<i>stakeholders</i>), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas
Prestação de Contas (<i>accountability</i>)	Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
Responsabilidade Corporativa	Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc.) no curto, médio e longo prazos.

Fonte: Adaptado de autor de IBGC (2015).

2.2 Níveis de Governança Corporativa

Segundo o site da B3, a Governança Corporativa é dividida em 5 níveis, esses níveis foram criados para que o mercado brasileiro conseguisse segmentar adequadamente os diferentes perfis de empresas.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do mercado de ações brasileiro, a B3 criou o Bovespa Mais. Idealizado para empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual, esse segmento tem como objetivo fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas via mercado de capitais. A estratégia de acesso gradual permite que a sua empresa se prepare de forma adequada, implementando elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado, e ao mesmo tempo aumenta sua visibilidade para os investidores.

O segmento de listagem Bovespa Mais Nível 2 é similar ao Bovespa Mais, porém com algumas exceções. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o mesmo tratamento concedido ao acionista controlador.

O próximo nível de Governança Corporativa, o segmento Nível 1, deve adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso divulgam informações adicionais às exigidas em lei. O *free float* mínimo de 25% deve ser mantido nesse segmento, ou seja, a empresa se compromete a manter no mínimo 25% das ações em circulação no mercado.

Já as empresas listadas no Nível 2 têm o direito de manter ações preferenciais, nesse nível, as ações preferenciais ainda dão direito de voto dos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas. Caracteriza-se como um envolvimento intermediário.

Lançado no ano 2000, o Novo Mercado estabeleceu, desde sua criação, um padrão de governança corporativa altamente diferenciado. A partir da primeira listagem, em 2002, ele se tornou o padrão de transparência e governança exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital, sendo recomendado para empresas que pretendam realizar ofertas grandes e direcionadas a qualquer tipo de investidor.

Na última década, o Novo Mercado firmou-se como um segmento destinado à negociação de ações de empresas que adotam, voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira. A listagem nesse segmento especial implica a adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle.

O Novo Mercado conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa. As empresas listadas nesse segmento podem emitir apenas ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias (ON).

O Novo Mercado segue algumas regras relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas como: o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto, no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador, instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário).

Na Tabela 2, verifica-se as principais semelhanças e diferenças entre os diferentes níveis de Governança Corporativa.

Tabela 2 – Comparativo entre os principais níveis de Governança Corporativa

	Bovespa Mais	Bovespa Mais Nível 2	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado
Capital Social	Somente Ações ON	Ações ON e PN	Ações ON e PN	Ações ON e PN	Somente ações ON
Percentual mínimo de ações em circulação (<i>free float</i>)	25% a partir do 7º ano de listagem		25%		25% ou 15%
Composição do conselho de administração	Mínimo de 3 membros			Mínimo de 5 membros	Mínimo de 3 membros
Obrigação do Conselho de Administração	Não há regra específica			Manifesta�o sobre qualquer oferta pública de aquisi�o de a�es de emissão da companhia	
Concessão de <i>Tag Along</i>	100% para a�es ON	100% para a�es ON e PN	80% para a�es ON	100% para a�es ON e PN	100% para a�es ON
Comitê de Auditoria	Facultativo				Obrigatória a instala�o de comit� de auditoria, estatutário ou não estatutário
Auditoria interna	Facultativa				Obrigatória a existência de área de auditoria interna
<i>Compliance</i>	Facultativo				Obrigatória a implementa�o de fun�es de <i>compliance</i> , controles internos e riscos corporativos

Fonte: Adaptado de autor de BM&FBovespa (2022).

2.3 Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental é o segmento da ciência responsável pelo registro e evidenciação das ocorrências que provocam alterações nos elementos patrimoniais da empresa como resultado da sua relação com o meio ambiente, ressalta-se que, não se trata de uma nova técnica ou ciência, figurando apenas como uma vertente da contabilidade tradicional. Como é o caso da contabilidade industrial e comercial que direciona o seu estudo para um setor específico, nesse sentido a contabilidade ambiental se ocupa das questões ligadas à área ambiental (CARVALHO, 2020).

Esse ramo tem como objeto o conjunto de bens, direitos e obrigações ambientais, isto é, o patrimônio ambiental, e tem como objetivo fornecer informações aos mais diversos usuários sobre os eventos ambientais que alteram a situação do patrimônio (LIMA *et al.*, 2012).

No estudo desenvolvido pelo *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standard of Accounting and Reporting* (UNCTAD/ISAR, 1997, p. 6-7) são abordados alguns termos relacionados à contabilidade ambiental:

- Custos ambientais: compreendem os custos das medidas adotadas ou que devem ser adotadas, para a gestão ambientalmente responsável dos gastos ambientais das atividades empresariais.
- Ativos ambientais: são custos ambientais capitalizados e amortizados em exercícios atuais ou futuros, sempre que satisfazem os critérios para o reconhecimento de ativos.
- Passivos ambientais: são obrigações relacionadas com os custos ambientais de uma empresa, que satisfazem os critérios para o reconhecimento como passivos.

Coelho e Lins (2010) definiram a Contabilidade Ambiental como um instrumento de mensuração dos gastos ambientais e de avaliação de desempenho no que envolva a questão ambiental. Ela deve estar devidamente integrada com a contabilidade tradicional, pois abrange informações originadas desde a aquisição de insumos até o descarte integral ou parcial do produto final.

2.4 Evidenciações Ambientais

De acordo com as normas contábeis, no Brasil, a publicação das informações ambientais não é obrigatória. Alguns órgãos, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), recomendam a divulgação ambiental.

Verificou-se o quanto é importante que sejam evidenciadas as informações de natureza ambiental dentro das empresas, principalmente por parte daquelas que utilizam recursos naturais diretamente em suas atividades. Por outro lado, nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar essas informações (ECKERT *et al.*, 2014).

A Resolução nº 1.003/04 NBC T 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, tendo por objetivo demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. De acordo com os procedimentos desta norma, as Demonstrações de Natureza Social e Ambiental devem evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade extraídos ou não da contabilidade.

Segundo o parecer de Orientação nº 15/87 da CVM estabelece que as empresas de capital aberto devam informar no Relatório da Administração as informações referentes à proteção ao meio ambiente: descrição e objetivos dos investimentos efetuados e o montante aplicado.

Já o IBRACON através da NPA 11 objetiva estabelecer os liames entre a contabilidade e o meio ambiente, cabe-lhe também, participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões a Vida Humana e a Natureza.

2.6 Modelos de Evidenciação Ambiental

O Balanço Social visa mostrar a sociedade a atuação social e ambiental das empresas. Para Kroetz (2001), a elaboração do Balanço Social é adotada por muitas empresas e esse número vem crescendo por vários motivos: tornar público o planejamento e execução das ações socioambientais realizadas pela empresa; demonstrar a colaboração da empresa em prol da melhoria da qualidade de vida dos funcionários; mostrar os dispêndios destinados ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologia; construção de uma espécie de banco de dados com informações que auxiliem na tomada de decisão interna sobre as áreas carentes de investimento.

Existem preponderantemente três modelos de Balanços Sociais utilizados no Brasil: o desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o modelo internacional do *Global Reporting Initiative* (GRI) e o modelo desenvolvido pelo Instituto Ethos (MACHADO; SILVA, 2020).

Criado em 1997 o modelo Ibase tornou-se a principal ferramenta por meio da qual as empresas são estimuladas a conhecer, sistematizar e apresentar à sociedade informações sobre seus investimentos internos e externos em ações, iniciativas e projetos relacionados com o social e o ambiental (TORRES, 2008).

O balanço social da empresa apresenta dados e informações de dois exercícios anuais por meio de uma tabela bastante simples e direta, que deve ser publicada e amplamente divulgada.

Também em 1997, foi fundada a *Global Reporting Initiative* – GRI, em Boston, EUA, com o objetivo de criar uma ferramenta internacional que garantisse que as empresas manteriam uma conduta ambiental responsável (GRI, 2022). Em 2000, a GRI lançou sua primeira versão de Diretrizes e em 2001 passou a ser uma instituição independente e sem fins lucrativos, oferecendo em seu *website*, documentos, *softwares* e ferramentas que apoiam as empresas na elaboração de seus relatórios. Em 2010, o Pacto Global recomendou às empresas o relatório da GRI como principal estrutura para divulgação de seus progressos.

O terceiro modelo é o do Instituto Ethos, que participa de debates sobre Balanço Social desde 1998. Fundado por um grupo de empresários da iniciativa privada, em 2000, o Instituto se colocou de vez no cenário nacional através da publicação da primeira versão dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (INSTITUTO ETHOS, 2013).

3. Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa documental das empresas do segmento Agrícola na B3 que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa visando evidenciar as suas demonstrações das informações ambientais. Segundo Gil (2002) a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Essa classificação se deve ao fato de que as informações que serão utilizadas para o estudo estão

em documentos elaborados e divulgados pelas empresas.

Quanto ao objetivo, esta pesquisa se enquadrava como descritiva, porque a intenção foi descrever e classificar as diversas características das informações constantes nos relatórios avaliados. Elas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 2002).

A pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66).

No presente estudo a abordagem foi majoritariamente qualitativa. A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação (GIL, 2002).

Segundo Nascimento e Souza (2016) o processo é descritivo, indutivo, de observação que considera a singularidade do sujeito e a subjetividade do fenômeno, sem levar em conta princípios já estabelecidos.

É conveniente a realização de uma análise descritiva, apresentando uma visão geral dos resultados, e, na sequência, análise dos dados cruzados, que possibilita perceber as relações entre as categorias de informação, e da análise interpretativa (DENCKER, 2000).

Já na abordagem quantitativa considera-se que tudo possa ser contável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação e outros) (GIL, 2006). Segundo Nascimento e Souza (2016) emprega-se medidas padronizadas e sistemáticas, reunindo respostas pré-determinadas, facilitando a comparação e a análise de medidas estatísticas de dados.

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Inicialmente foi desenvolvida uma análise documental e após foi realizado um levantamento de quais os níveis de governança corporativa as empresas que seguem as Boas Práticas de Governança Corporativa no segmento Agrícola na B3 analisadas pertencem.

Em seguida foi feita uma comparação entre quais as demonstrações das informações ambientais as empresas divulgam. Esses dados foram coletados das demonstrações contábeis, Notas Explicativas, Relatório da Administração, Relatório de Sustentabilidade e dos *sites* das empresas.

Os dados foram tabelados em Excel para uma posterior comparação e discussão entre as diversas empresas do setor agrícola. Foi analisado quais informações ambientais cada empresa publica e quais os dados são evidenciados, também como, o nível de informações trazidas em seus relatórios.

4. Resultados da pesquisa

4.1 Seleção da amostra

A amostra do estudo consistiu em empresas que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa no segmento Agrícola na B3. Foram encontradas um total 11 empresas do segmento agrícola, para a presente pesquisa foram selecionadas as que seguem os mais altos níveis de Governança Corporativa.

Dessa forma, 8 empresas foram escolhidas, todas fazem parte do Novo Mercado e do Nível 2 de Governança Corporativa. Conforme exposto na Tabela 3, é apresentada todas as companhias selecionadas com seus respectivos Códigos de Negociação e Níveis de Governança Corporativa.

Tabela 3 – Apresentação das Empresas Selecionadas para Pesquisa

Código de Negociação	Empresas	Nível de Governança Corporativa	Atividades Principais
AGRO3	BrasilAgro S.A.	Novo Mercado	Propriedades Rurais
AGXY3	AgroGalaxy S.A.	Novo Mercado	Insumos Agrícolas e Grãos
FRTA3	Pomi Frutas S.A.	Novo Mercado	Pomicultura
LAND3	Terra Santa S.A.	Novo Mercado	Propriedades Rurais
RAIZ4	Raizen S.A.	Nível 2	Etanol, Açúcar, Combustíveis e Bioenergia
SLCE3	SLC Agrícola S.A.	Novo mercado	Algodão, Soja e Milho
SOJA3	Boa Safra Sementes S.A.	Novo Mercado	Sementes
TTEN3	Três Tentos S/A	Novo Mercado	Insumos Agrícolas

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

4.2 Coleta e análise de dados

Para a coleta de dados, foram analisadas os Relatórios de Administração e de Sustentabilidade, as Demonstrações Contábeis, as Notas explicativas e os *sites* das empresas, da BM&FBovespa e da CVM.

Para o levantamento dos dados, a pesquisa baseou-se no modelo de Rover, Murcia e Borba (2008), sendo dividida em duas categorias, Políticas Ambientais e Sistemas de Gerenciamento Ambiental, conforme dispostas nas tabelas 4 a 5.

A pesquisa teve como objetivo identificar quais informações as empresas evidenciam e a qualidade das mesmas. Para uma melhor compreensão dos dados, nas tabelas 4 a 5 foram utilizadas as seguintes notas 2, 4, 6, 8, 10, sendo “2” como possuindo praticamente nenhuma informação relevante e “10” como possuindo todas as informações ambientais necessárias.

4.3 Políticas Ambientais

Entende-se por políticas ambientais, a declaração de uma organização onde ela expõe suas intenções em relação ao seu desempenho ambiental prevendo uma estrutura para ação e

definição de seus objetivos e metas ambientais. Na Tabela 4 pode-se visualizar um resumo das informações apresentadas pelas empresas.

Tabela 4 – Políticas Ambientais

Subcategorias	Empresas							
	AGRO3	AGXY3	FRTA3	LAND3	RAIZ4	SLCE3	SOJA3	TTEN3
Declaração das práticas, ações, atuais e futuras	8	10	6	-	10	10	6	8
Declaração de Obediência a leis, licenças, normas e órgãos ambientais	8	10	6	-	10	10	6	8
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	8	10	4	-	10	10	4	8
Prêmios e participações em índices ambientais	6	10	6	-	10	10	4	10

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

4.3.1 BrasilAgro – AGRO3

Conforme disposto no *site* da empresa e no relatório de sustentabilidade, como práticas ambientais da empresa BrasilAgro podem ser citados esforços em conjunto com parceiros locais em prol da conservação da biodiversidade. Em suas próprias fazendas, mantém 73 mil hectares de preservação. Esses territórios são mapeados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) das unidades, com mapeamento georreferenciado das propriedades e submetido às autoridades de licenciamento ambiental.

A restauração de habitats é realizada quando adquirem propriedades com trechos degradados, por meio de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas firmados com os órgãos competentes. Em todas as unidades, possuem Planos de Resgate e Afugentamento da Fauna, com o apoio de uma equipe de veterinários e biólogos. Além disso, realizam rondas para evitar a atuação de caçadores ilegais, e possuem placas de sinalização proibindo atividades como a caça e incentivando moradores e trabalhadores a denunciar quaisquer irregularidades.

No ano-safra 2020/2021, foram novamente certificadas nas iniciativas Algodão Brasileiro Responsável (ABR) e *Better Cotton Initiative* (BCI). Outro destaque, em conservação da fauna, é a Fazenda Preferência, que recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Certificado Onça Pintada.

4.3.2 AgroGalaxy – AGXY3

Como visto no *site* da empresa e no relatório de sustentabilidade, em novembro de 2021, o AgroGalaxy formalizou seu ingresso na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). O AgroGalaxy, também, visa o aprimoramento contínuo de aspectos *Environmental, Social and Governance* (ESG) em sua estratégia e a disseminação desses princípios em toda a sua cadeia de valor. Possuem como objetivo implementar uma instituição para prover recursos financeiros e parcerias visando aprimorar a pesquisa científica aplicada à produtividade e à sustentabilidade da agricultura no Brasil.

Com vistas a minimizar impactos diretos de suas operações e contribuir com a redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), o AgroGalaxy reporta anualmente suas emissões de acordo com os parâmetros do *GHG Protocol*.

Em 2020 recebeu o Selo EcoVadis, no qual, foram classificadas na categoria bronze. A metodologia é baseada em padrões internacionais de sustentabilidade, incluindo a *Global Reporting Initiative* (GRI), o Pacto Global da ONU e a ISO 26000. Assim, o *scorecard* de sustentabilidade avalia o desempenho em 21 indicadores, divididos em quatro temas: Meio Ambiente, Práticas trabalhistas e Direitos Humanos, Ética e Compras Sustentáveis.

4.3.3 Pomi Frutas – FRTA3

Conforme disposto no *site* da empresa, como práticas ambientais da empresa Pomifrutadas podem ser citadas a identificação do impacto da atividade econômica da empresa, a manutenção das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, o planejamento de ações de melhoria e manutenção para a fauna, flora e recursos hídricos e a disposição correta dos resíduos gerados nos processos agrícola e fabril. A empresa alega seguir as normas ambientais nacionais e internacionais e desde 2003 se preocupa com a segurança dos processos de forma que os mesmos garantam a qualidade dos produtos produzidos, possuindo o certificado *Good Agricultural Practices*, emitido pela *Global Gap*.

A Companhia desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais (nas esferas federal, estadual e municipal). Mantém uma quantidade de reserva natural e preservação de nascentes superiores ao exigido pela legislação vigente.

4.3.4 Terra Santa – LAND3

Conforme analisado em seus relatórios e *site*, a empresa Terra Santa não faz menção a nenhuma subcategoria das políticas ambientais e nenhum outro tipo de informação ambiental.

4.3.5 Raízen – RAIZ4

Como visto no *site* da empresa e no relatório de sustentabilidade, a empresa tem como ambição protagonizar a transição energética, provendo a energia de que a sociedade precisa hoje ao passo em que desenvolvem novas formas de energia para o futuro, colaborando para uma economia de baixo carbono. Mesmo no segmento de listagem Nível 2, as práticas de governança se assemelham as exigidas no Novo Mercado. Em 2022, aderiram ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo com o objetivo de engajar o setor privado e mobilizar práticas de negócios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate a corrupção.

Motivados a serem referência em sustentabilidade para os setores em que atuam, foi realizado um robusto Plano Estratégico de Sustentabilidade, composto por ambições, indicadores e diversas iniciativas para cada um dos temas estratégicos de sustentabilidade.

Já em relação ao uso da terra, são signatários do Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, desde 2007. Trata-se de um acordo que relaciona princípios e orientações técnicas a serem adotados pelas indústrias da cadeia da cana-de-açúcar no que diz respeito as questões ambientais. Para alcançar esse objetivo, foi realizado significativos investimentos em monitoramento e rápida resposta a incêndio nos canaviais, por meio de câmeras de alta definição e longo alcance para identificação de focos, impedindo o alastramento.

4.3.6 SLC Agrícola – SLCE3

Segundo o *site* da empresa, a SLC é uma das maiores produtoras de *commodities* agrícolas do mundo e está engajada em colaborar para o desenvolvimento sustentável. Uma das principais medidas para impulsionar esse compromisso é a participação voluntária na Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU. Ela é signatária do Pacto Global desde 2015, integra a plataforma Ação pelo Agro Sustentável, que desenvolve projetos para a divulgação e fortalecimento dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura (PEAA) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados. Desde 2007, participam da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS), que promove a atuação conjunta de produtores e clientes em âmbito global com foco na produção, comercialização e utilização responsável da soja, ajudando a combater o desmatamento ilegal e incentivando uma cadeia produtiva mais sustentável.

Integram também desde 2018, o Programa Brasileiro GHG *Protocol*, que incentiva a elaboração e a divulgação de inventários de gases de efeito estufa de acordo com as premissas e princípios da principal plataforma para contabilização das emissões. Em 2021, aprovaram a Política de Desmatamento Zero, que formaliza o compromisso da SLC Agrícola em não converter áreas com vegetação nativa para o uso agrícola, mesmo aquelas elegíveis nos respectivos processos de licenciamento ambiental.

4.3.7 Boa Safra Sementes – SOJA3

Conforme analisado em seus relatórios e *site*, a Boa Safra está comprometida com os princípios do ESG e com o avanço do agronegócio rumo a um modelo mais sustentável. Em setembro de 2021 inauguraram a primeira usina de energia solar fotovoltaica em uma unidade de beneficiamento, o objetivo para o futuro próximo, ter a matriz energética de todas as Unidades de Beneficiamento substituída por energias sustentáveis e limpas, gerando assim maior eficiência energética sustentável bem como economia.

4.3.8 Três Tentos – TTEN3

Como visto no *site* da empresa e no relatório de sustentabilidade, foi instaurado em 2021, o Comitê de ESG e Sustentabilidade tem como objetivo potencializar mudanças, trazendo a sustentabilidade como proposta de valor, fortalecendo a integração dos aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança em nosso modelo de negócios. Dentre os destaques de iniciativas impulsionadas pelo Comitê estão a publicação, em caráter anual, do Relatório de Sustentabilidade da Companhia, em que se aplicam as diretrizes da GRI, com a apresentação de dados, indicadores e formas de gestão sobre tópicos relevantes para a 3tentos.

A empresa possui muitos selos e certificações, como: Selo APROBIO – Biodiesel Super A, atestando que o biocombustível produzido por usinas associadas segue especificações mais rígidas de qualidade. O Selo Mais Integridade, o Selo Combustível Social que é um selo concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para as indústrias que seguem os critérios de inclusão da agricultura familiar para obter matéria prima, sendo representado por 40% da produção de biodiesel. E o RenovaBio, um programa governamental que monetiza o diferencial de carbono evitado para a atmosfera pela queima de biocombustíveis.

4.4 Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Entende-se por sistemas de gerenciamento ambiental, um processo voltado a resolver problemas de caráter ambiental, objetivando o desenvolvimento sustentável. Na Tabela 5 pode-se visualizar um resumo das informações apresentadas pelas empresas.

Tabela 5 – Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Sub-Categorias	Sistemas de Gerenciamento Ambiental							
	AGRO3	AGXY3	FRTA3	LAND3	RAIZ4	SLCE3	SOJA3	TTEN3
ISO	-	10	10	-	10	10	-	
Auditoria Ambiental	6	10	-	-	10	10	-	10
Gestão Ambiental	10	10	8	-	10	10	4	10

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

4.4.1 BrasilAgro – AGRO3

O licenciamento e a regularização ambiental são atividades que demandam grande dedicação. Possuem um sistema informatizado corporativo, o SimbioX, no qual controlam o prazo das licenças e de cada condicionante ou compromisso firmado com os órgãos ambientais. Abrange o cumprimento das exigências do licenciamento ambiental, atualização da legislação e extensão dessa postura de conformidade aos parceiros garantiu a ausência de multas ambientais no ano-safra 2020/2021.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da BrasilAgro reúne as normas e os procedimentos para garantir a melhor destinação possível aos materiais gerados nas operações. O Plano abrange, entre outros itens, as rotinas de separação, classificação, armazenagem e transporte dos resíduos, além do controle sobre a destinação final por meio de certificados e manifestos apresentados pelas contratadas especializadas, devidamente licenciadas.

As fazendas captam água de rios e poços, devidamente outorgados, a fim de abastecer a irrigação dos cultivos (nas unidades que possuem esse sistema), a dessedentação animal, a pulverização agrícola e o combate a incêndios, além do consumo humano e das atividades administrativas. Todas as unidades seguem os parâmetros definidos nas outorgas e tratam a água captada por cloração e filtração para garantir a sua potabilidade.

4.4.2 AgroGalaxy – AGXY3

A empresa possui a ISO 26000, na qual, fornece orientação sobre como empresas e organizações podem operar de maneira socialmente responsável. Isso significa agir de maneira ética e transparente que contribua para a saúde e o bem-estar da sociedade.

A Companhia mantém Sistema de Gestão Ambiental e Social alinhado aos requisitos dos padrões ambientais e sociais da *International Finance Corporation* (IFC) e às diretrizes de meio ambiente, saúde e segurança do Banco Mundial. Pelo segundo ano consecutivo, o AgroGalaxy publica Relatório de Sustentabilidade, agora denominado Relatório Anual, para comunicar o desempenho de suas operações e os compromissos estratégicos alinhados à busca por sustentabilidade no agronegócio nacional.

Teve início, em 2021, a constituição do Instituto AgroGalaxy, concluída em fevereiro de 2022. Ele visa colaborar para a preservação da biodiversidade, apoiando o combate ao desmatamento, com ações para recuperação de áreas degradadas junto aos agricultores,

inclusive por meio de educação, financiamento e modelos para pagamento por serviços ambientais, em parcerias com outras organizações.

4.4.3 Pomi Frutas – FRTA3

A Pomi Frutas conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) baseado na NBR ISO 22000, Sistemas de Gestão da Segurança de Alimentos e no Sistemas de Boas Práticas Agrícolas – GLOBALG.A.P. – no qual a companhia é certificada. O Sistema de Gestão Integrado está estruturado, documentados, implementado e é mantido visando à melhoria contínua de sua eficácia. Seu escopo engloba os processos de recepção, pré-resfriamento, armazenagem, pré-classificação, armazenagem de pré-classificados, embalagem, paletização, armazenagem de embalados e expedição.

A empresa produz e processa maçãs dentro dos padrões legais estabelecidos, utilizando técnicas ambientalmente sustentáveis, visando à preservação e a melhoria do meio ambiente, por meio do cumprimento da legislação e demais normas ambientais vigentes. Documenta todo seu compromisso com a qualidade e segurança de alimentos, com a preservação e melhoria do meio ambiente e com a saúde, segurança e bem estar de seus trabalhadores, por meio de suas políticas, disseminadas em todos os níveis de organização.

4.4.4 Terra Santa – LAND3

A empresa Terra Santa não faz menção a nenhuma subcategoria de Gerenciamento Ambiental. Ela traz somente informações financeiras e administrativas. A Auditoria Independente contratada foi somente para as demonstrações financeiras individuais e para a área tributária.

4.4.5 Raízen – RAIZ4

A empresa segue a ISO 14064, na qual detalha e orienta as organizações para quantificação e elaboração de relatórios de emissões e remoções de GEE. No Brasil, é monitorado a qualidade do efluente gerado de acordo com a legislação vigente, conforme estabelecido nas exigências técnicas de nossas licenças ambientais. Por meio de investimentos em Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) e em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs), buscam a melhora da qualidade dos efluentes outorgados para lançamento.

Eles possuem como objetivo ser reconhecidos como principal exemplo para os demais *players* dos setores em temas relacionados à excelência na gestão de riscos, saúde, segurança e meio ambiente (como água, biodiversidade, resíduos, acidentes de trabalho), considerando as especificidades de cada um dos negócios.

4.4.6 SLC Agrícola – SLCE3

A gestão dos aspectos ambientais é realizada por meio do Sistema de Gestão Ambiental, certificado de acordo com a norma ISO 14001. Em 2021, do total de 22 fazendas, dez já estavam certificadas.

A gestão dos impactos ambientais relacionados as atividades, impulsionam a capacidade produtiva e de geração de valor. As prioridades são a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas às operações agrícolas, o consumo eficiente de água e energia e a correta destinação dos resíduos nas culturas do algodão, soja e milho.

Desde a safra 2020/2021, nenhuma nova área de vegetação nativa é convertida para

plântio em fazendas, mesmo que exista previsão e autorização legal para a retirada da vegetação. Esse compromisso vai ao encontro da demanda crescente pela conservao ambiental e manuteno do estoque de carbono em áreas naturais. Também investiram gradativamente na utilizao de biotecnologias para substituir produtos sintticos no cuidado com as lavouras. Possuem 11 biofábricas para a produo de defensivos naturais, que utilizam micro-organismos para combater pragas e doenças nas culturas de soja, milho e algodão. Essas soluoes contribuem para a manuteno do equilíbrio natural dos ecossistemas e para a reduo da utilizao de materiais e de água nas operaoes.

4.4.7 Boa Safra Sementes – SOJA3

Possui algumas atividades que visam uma gestão ambiental, como: coleta seletiva, reciclagem em todo seu processo e autossuficiência energética. Como exemplo, possui um viveiro de mudas nativas do cerrado, o qual além de reflorestar as áreas entorno de sua infraestrutura, oferece mudas para as escolas municipais próximas as unidades para serem plantadas e reflorestadas pelos alunos, incentivando assim a educao ambiental nesses municípios. Possuem um projeto para ampliao da estrutura para produzir cerca de 200 mil mudas por ano.

4.4.8 Três Tentos – TTEN3

Também dispõe de um Plano de Gestão Socioambiental (PGSA) alinhado aos requisitos da ISO 14.001, que declara e reforça a política e apresenta um conjunto de atividades e ferramentas de gestão, tendo como propósito a proteo do meio ambiente, a preveno da poluio e a melhoria da comunidade na qual a 3tentos está inserida.

No sentido de mitigar os impactos ambientais, contam com um Sistema de Efluente Zero em nossa fábrica de Ijuí/RS, desde o início de sua operao, de modo que todo efluente gerado  reaproveitado. Contam, ainda, com um Sistema de Captao de água da Chuva, que posteriormente  utilizada no processo industrial. Já com relao  gerao energia para a fábrica, a alternativa foi a instalao da caldeira de cogerao, que teve seus testes iniciados em 2021.

Possuem um programa chamado Produzir+ que  voltado  produtividade sustentável. Sob o conceito de manejo integrado, através do programa, os profissionais do Departamento Técnico da 3tentos, em parceria com os produtores, conduzem a implementao de conceitos e inovaoes na lavoura, como estratégias de manejo com intervalos seguros entre aplicaoes, manejo antecipado e preventivo, qualidade na aplicao, entre outros.

4.5 Discussoes dos Resultados

Conforme exposto na Tabela 6, foram somadas todas as notas das Tabelas 4 e 5 para trazer uma melhor compreensão dos dados apresentados pelas empresas.

Tabela 6 – Comparativo das Notas

Sub-Categorias	Comparativo das Notas							
	AGRO3	AGXY3	FRTA3	LAND3	RAIZ4	SLCE3	SOJA3	TTEN3
Soma Total	46	70	40	0	70	70	24	54

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

A partir da Tabela 6 podemos analisar que três das empresas estão muito a frente das outras, AgroGalaxy (AGXY3), Raízen (RAIZ4) e SLC Agrícola (SLCE3), são completas e transparentes com seus dados Ambientais. Tendo em vista somente o aspecto Ambiental, são ótimas para investidores que se importam e buscam empresas que se preocupam com o meio ambiente.

Outras três empresas estão no nível Intermediário, sendo elas, Três Tentos (TTEN3), BrasilAgro (AGRO3) e Pomi Frutas (FRTA3), possuem informações ambientais relevantes, mas com algumas falhas, como por exemplo, a falta de ISO ou Auditoria Ambiental. A empresa Pomi Frutas está em processo de Recuperação Judicial, esse aspecto não foi analisado nas nossas tabelas, mas para futuros investidores essa informação é de extrema utilidade.

Já as empresas Terra Santa (LAND3) e Boa Safra Sementes (SOJA3) são irrisórias em Informações Ambientais. A Boa Safra fornece alguns dados, mas são muito superficiais, sem nenhum aprofundamento, já a Terra Santa não demonstra nenhuma Informação Ambiental.

5. Conclusão

A preservação ambiental está cada vez mais em evidência. A cobrança vem tanto da sociedade, que convive com os danos causados pelas empresas, como também dos próprios investidores, que utilizam os dados de informações ambientais, na hora de decidir se investem ou não em uma determinada empresa.

As empresas por meio de relatórios e dados conseguem demonstrar para a população e investidores quais as medidas estão sendo tomadas. Mostram o que está sendo feito para mitigar seus danos e por consequência ter um convívio harmônico com o meio ambiente.

O estudo respondeu ao problema de pesquisa atingindo seu objetivo geral. Foram analisadas as empresas que seguem as boas Práticas de Governança Corporativa no segmento Agrícola na B3. Foi evidenciado quais demonstrações das informações ambientais as empresas mostram e qual o nível de aprofundamento das mesmas.

Os resultados alcançados indicam que as empresas possuem consciência que suas atividades geram consequências ao meio ambiente. Elas divulgam algumas informações de forma descritiva, relatam certificações, práticas ambientais, investimentos, programas de educação ambiental. No entanto, pouca informação é evidenciada quando o termo utilizado se refere aos reparos a danos ambientais, passivos ambientais e práticas contábeis adotadas.

Empresas como, AgroGalaxy, Raízen e SLC Agrícola, estão um passo à frente das outras. Além de demonstrarem muitos dados relacionados a parte ambiental, elas evidenciam o que fazem e como fazem para mitigar seus danos ao meio ambiente.

Diante disso, conclui-se que as empresas utilizam essas informações para demonstrar um lado positivo perante a sociedade. Segundo Chi-Kum (2005) uma governança corporativa bem elaborada promove maior assertividade na prestação de contas, elava o desempenho, além de ser uma valiosa vantagem competitiva. Percebe-se que evidenciar as informações ambientais é fundamental para as empresas, pois quanto maior o investimento em relação ao meio ambiente, maior será seu desenvolvimento econômico, pois buscam a valorização do mercado, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de *marketing*, para obterem vantagem em relação à concorrência.

Para os gestores de empresas, esse trabalho poderá servir para avaliação de como sua empresa disponibiliza as informações ambientais em relação aos seus concorrentes. Já para os investidores que analisam o lado ambiental das empresas, poderão utilizar essas informações para tomada de decisão, analisando quais empresas se preocupam com o meio ambiente, facilitando o processo de investimento.

As empresas poderão utilizar esse estudo para entender a importância dessas demonstrações. Analisando como as principais empresas do segmento evidenciam essas informações. Mostrar o que se faz, como se faz, e quais os resultados dessas ações é um diferencial para que a empresa fique em evidência.

Como limitações, nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar informações ambientais. Essa informação está de acordo com Eckert *et al.* (2014) que também relatou a dificuldade das empresas em padronizar e disponibilizar essas informações.

Embora no Brasil a divulgação não seja obrigatória, uma padronização seria de suma importância para o avanço dessa área. As empresas podem ter tido ações de caráter ambiental e não terem sido divulgadas, essa é uma das dificuldades da falta de padronização.

Para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra. Analisar empresas com outras áreas de atuação, entretanto, vinculadas ao meio ambiente. Ou também, realizar uma análise mais profunda dessas empresas, utilizando diferentes indicadores ambientais.

Referências

B3. **A Bolsa do Brasil**. [?]. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 10 abr. 2022

CARVALHO, G.M.B. **Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHI-KUN, Ho. Corporate Governance and Corporate Competitiveness: an international analysis. **CORPORATE GOVERNANCE AND CORPORATE COMPETITIVENESS**, Estados Unidos, v. 13, n. 2, p. 211-253, março 2005.

CLAESSENS, Stijn. Corporate Governance and Development. **The World Bank Research Observer**, Estados Unidos, v. 21, n. 1, p. 91-122, 23 fev. 2006.

COELHO, C.U.F; LINS, L. S. **Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). **Resolução CFC nº 1.003/04. Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**. [S. l.], 2004. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc. Acesso em: 30 abr. 2022.

DENCKER A.de F.M. **Métodos e Técnicas de pesquisa em turismo**. 4.ed. São Paulo: Futura, 2000.

ECKERT, Alex; LEITES, Eduardo T.; CECHINATO, Suzana; MECCA, Marlei S.; BIASIO, Roberto. Evidenciação Contábil das Informações Ambientais: Uma Análise das Empresas da Serra Gaúcha Listadas na Bovespa. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 6, ed. 4, p. 508-530, Out/dez 2014.

FERREIRA, R. M.; FIORILLO, C. A. P. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **RJLB**, Lisboa, n. 2, 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (Holanda). About GRI. In: GLOBAL REPORTING INITIATIVE (Holanda). **GRI**. [S. l.], [?]. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Brasil). Governança Corporativa. In: **IBGC** [S. 1.], [?]. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 30 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Brasil). Quem somos: Referência em governança corporativa. In: **O IBGC**. [S. 1.], [?]. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/quemsomos>. Acesso em: 30 abr. 2022.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL (Brasil). IBRACON. In: **IBRACON**. [S. 1.], [?]. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/>. Acesso em: 30 abr. 2022 – Verificar título do dado utilizado

INSTITUTO ETHOS (Brasil). **Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das Universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2003. v. II.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, C. E. S. Balanço Social: Uma proposta de Normatização. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, p. 53-63, maio/jun, 2021.

LIMA, K. P. S.; CUNHA, D. R.; MOREIRA, F. G. L.; PORTE, M. de S. CONTABILIDADE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A EVIDENCIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS GRANDES EMPRESAS BRASILEIRAS. **REA**, Maranhão, v. 11, ed. 1, jan-jun 2012.

MACHADO, P.; SILVA, N. T. MODELOS DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO. **REASU**, 2020.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. Dia do Meio Ambiente: 5 desastres ambientais recentes para não esquecer (ou repetir): **Correio Braziliense**, Brasil, 5 jun. 2021. Preservação, p. Versão online. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4929070-dia-do-meio-ambiente-5-desastres-ambientais-recentes-para-nao-esquecer--ou-repetir.html>. Acesso em: 4 abr. 2022.

NASCIMENTO, F. P. Do; SOUZA, F. L. L. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: TEORIA E PRÁTICA**. Goiás: Thesaurus, 2016.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC (Brasil). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. IBCG. 5 ed., São Paulo, 2009. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Instrução CVM, nº 351. Dá nova redação ao art. 16 da Instrução CVM no 202, de 6 de dezembro de 1993**. [S. 1.], 24 abr. 2001. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst351.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

RODRIGUES, J. A; MENDES, G. M. **Governança corporativa: estratégia para geração de valor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balço Social, dez anos: o desafio da transparência**. Ibase, Rio de Janeiro, ago. 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/102804>. Acesso em: 5 abr. 2022.

UNCTAD/ISAR – United Nations Conference on Trade and Development/ Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting, 1997, Geneva. **Environmental financial accounting and reporting at the corporate level**, Geneva, 1997. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/c2isard2.en.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.